



**espaço  
democrático**

Fundação para Estudos e Formação Política do PSD



ORDEM E PROGRESSO

# **ELEIÇÕES 2022, democracia e governabilidade**

**RUBENS FIGUEIREDO  
HENRIQUE PARIZOTTO**

# DOCUMENTO



**Documentos** são publicações do Espaço Democrático, a fundação para estudos e formação política do PSD

# DOCUMENTO

## Os autores

### RUBENS FIGUEIREDO

Cientista político pela USP, integrou o Conselho de Comunicação da Presidência da República (Michel Temer) e é colaborador do Espaço Democrático.



### HENRIQUE PARIZOTTO

Bacharelado em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP).



## Introdução

Desde a redemocratização, a ideia de que uma eleição poderia definir o futuro democrático do Brasil nunca foi tão reiterada pelos dois lados concorrentes no segundo turno à presidência da República como na de 2022.

Do lado bolsonarista, defendia-se a ideia de que a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva significaria o aparelhamento total do Estado, o apoio às ditaduras de esquerda mundo afora, o controle social da mídia e o uso do dinheiro público para fins de perpetuação no poder.

Do lado petista, os argumentos eram que a eleição de Jair Bolsonaro seria um importante passo para o restabelecimento do regime militar no País, representaria a decadência dos valores civilizatórios, a intolerância e o desrespeito às instituições, a começar pelo Supremo Tribunal Federal.

Em oposição a esse cenário ameaçador, o eleitorado brasileiro nunca se mostrou tão favorável ao regime democrático. Pesquisa realizada a dias da eleição do segundo turno pelo DataFolha mostrava que 79% dos eleitores consideram que a democracia é sempre a melhor forma de governo, enquanto apenas 5% acreditam que a ditadura pode ser melhor em certas circunstâncias (*Datafolha, 19/10/2022*). Como explicar este aparente contrassenso: no exato momento em que as duas maiores lideranças políticas do País e seus seguidores mais aguerridos enxergam riscos para a democracia, a sociedade dá um vigoroso recado de sua preferência pela ordem democrática?

A Constituição de 1988 consagrou a democracia liberal, garantindo, legalmente, os direitos individuais, sociais e políticos a toda a população e criando instituições políticas e de controle. Dessa forma, a vontade da maioria pode se manifestar na elabora-

ção das leis e na implementação de políticas públicas que, em tese, deveriam contemplar as necessidades da população mais carente, sempre respeitando os direitos das minorias.

Após décadas de amadurecimento desse sistema, o discurso do presidente Bolsonaro ressaltava sempre uma repulsa ao Congresso, ao Supremo Tribunal Federal (STF), à segurança do sistema eleitoral, além das acusações de corrupção da classe política. Em oposição a isso, o eleitorado brasileiro demonstra um apoio à democracia nunca antes visto.

Para compreender essa questão, devemos olhar os pilares que garantem a segurança democrática. Conforme demonstra Yascha Mounk (2019) em seu festejado livro *O povo contra a democracia*, podemos atestar a estabilidade desse regime observando três aspectos centrais. O primeiro deles é se a maioria dos cidadãos está fortemente comprometida com a democracia liberal. O segundo, se a maioria dos cidadãos rejeita qualquer alternativa autoritária. Por fim, a classe política com poder real deve concordar com a importância das regras e normas democráticas básicas.

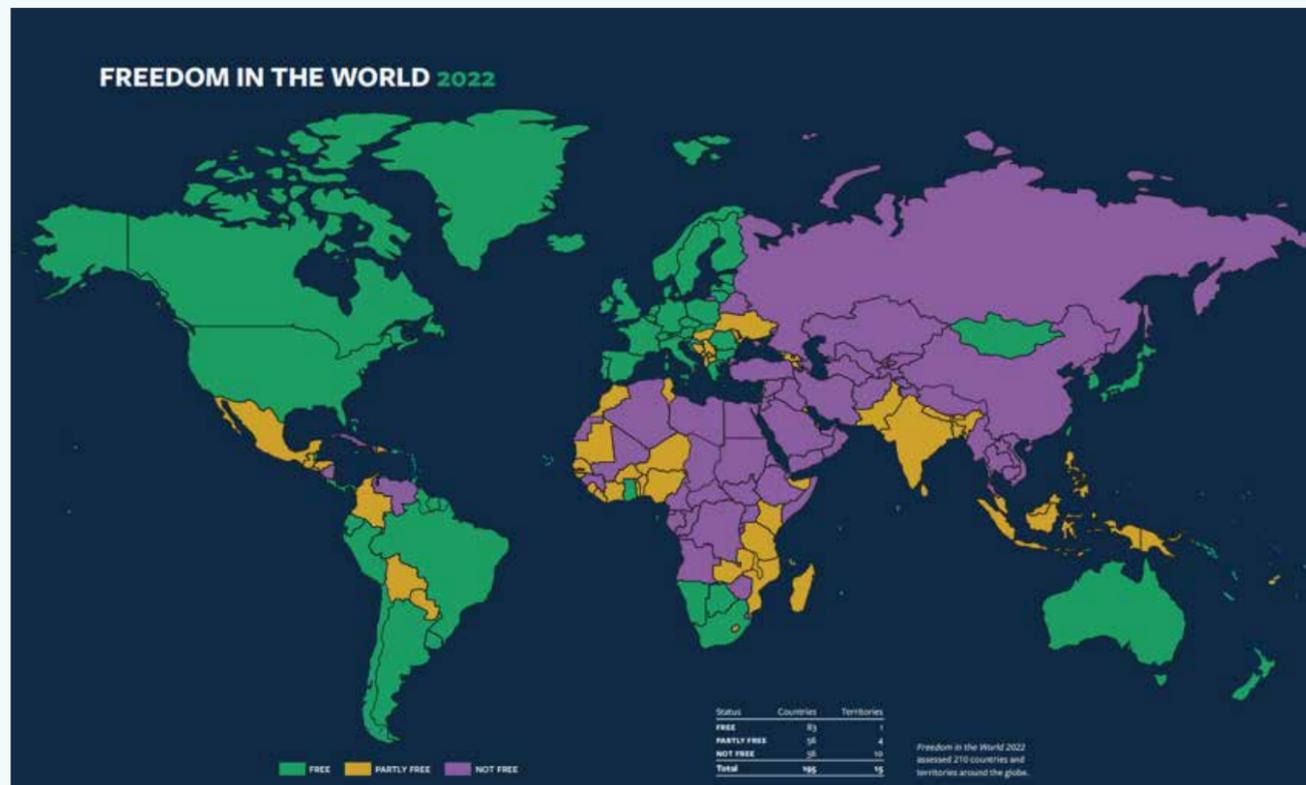
Frente a esses pontos, constata-se que, apesar dos elevados anseios democráticos da população, existe uma descrença na opinião pública de que as instituições democráticas, como o Congresso, o STF, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) estejam realizando suas competências de forma devida. Isso posto, é necessário buscar compreender esse conflito analisando em quais grupos populacionais ele é mais latente. Com isso, partiremos de uma amostra do eleitorado dos dois candidatos, observando em que medida cada segmento populacional que os apoia tende a ter um comportamento mais ou menos democrático.

## Indicadores democráticos do Brasil

No espectro de qualidade democrática do regime, o Brasil é caracterizado pela maioria dos indicadores como uma democracia imperfeita. O Índice de Democracia (*Democracy index*) é um importante indicador criado pelo grupo do jornal *The Economist* para avaliar o grau de desenvolvimento democrático do país com base nos seguintes fatores: processo eleitoral e pluralismo, funcionamento do governo, participação política, cultura política democrática e liberdades civis, colocando o regime em um escala de 0 a 10. Segundo tal indicador, o Brasil se situa no patamar das democracias falhas (6 a 8), sendo que, após o impeachment da ex-presidente Dilma, decaímos de 6,96, em 2015, para 6,86, em 2021.

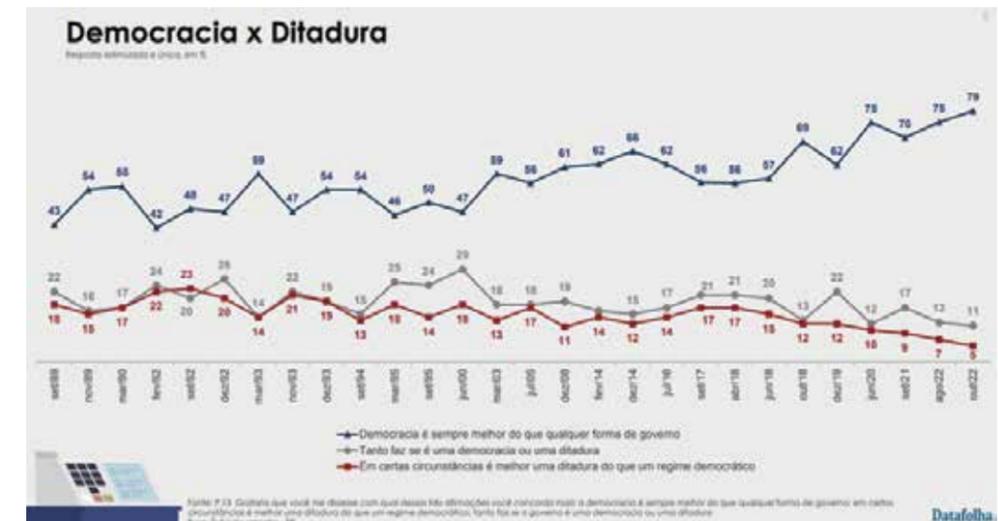
2021 rank	Country	Regime type	2021	2019	2017	2015
1	<a href="#">Norway</a>	Full democracy	9.75	9.87	9.87	9.93
2	<a href="#">New Zealand</a>	Full democracy	9.37	9.26	9.26	9.26
3	<a href="#">Finland</a>	Full democracy	9.27	9.25	9.03	9.03
23	<a href="#">Israel</a>	Flawed democracy	7.97	7.86	7.79	7.77
24	<a href="#">Spain</a>	Flawed democracy	7.94	8.29	8.08	8.30
25	<a href="#">Chile</a>	Flawed democracy	7.92	8.08	7.84	7.84
45	<a href="#">Slovakia</a>	Flawed democracy	7.03	7.17	7.16	7.29
46	<a href="#">India</a>	Flawed democracy	6.91	6.90	7.23	7.74
47	<a href="#">Brazil</a>	Flawed democracy	6.86	6.86	6.86	6.96
48	<a href="#">Panama</a>	Flawed democracy	6.85	7.05	7.08	7.19
49	<a href="#">Suriname</a>	Flawed democracy	6.82	6.98	6.76	6.77
50	<a href="#">Argentina</a>	Flawed democracy	6.81	7.02	6.96	7.02
95	<a href="#">Morocco</a>	Hybrid regime	5.04	5.10	4.87	4.66
97	<a href="#">Sierra Leone</a>	Hybrid regime	4.97	4.86	4.66	4.55
98	<a href="#">Bolivia</a>	Hybrid regime	4.65	4.84	5.49	5.75
165	<a href="#">North Korea</a>	Authoritarian	1.08	1.08	1.08	1.08
166	<a href="#">Myanmar</a>	Authoritarian	1.02	3.55	3.83	4.14
167	<a href="#">Afghanistan</a>	Authoritarian	0.32	2.85	2.55	2.77

Por sua vez, a Freedom House caracteriza o Brasil como um país livre, tendo uma pontuação de 73/100 em 2022. Segundo a instituição, o Brasil é uma democracia que realiza eleições competitivas, possuindo uma arena política polarizada e caracterizada por um debate público vibrante. No entanto, jornalistas independentes e ativistas da sociedade civil comumente sofrem ataques violentos e o governo não é capaz de implementar políticas eficientes para a redução de crimes violentos e criar políticas que reduzam a nossa revoltante desigualdade. Destaca-se também a corrupção endêmica que assola o país, contribuindo para uma desilusão generalizada com os partidos e o Congresso. Por fim, a discriminação social e contra as pessoas LGBT+ também se configuram como um sinal de subdesenvolvimento político-social.

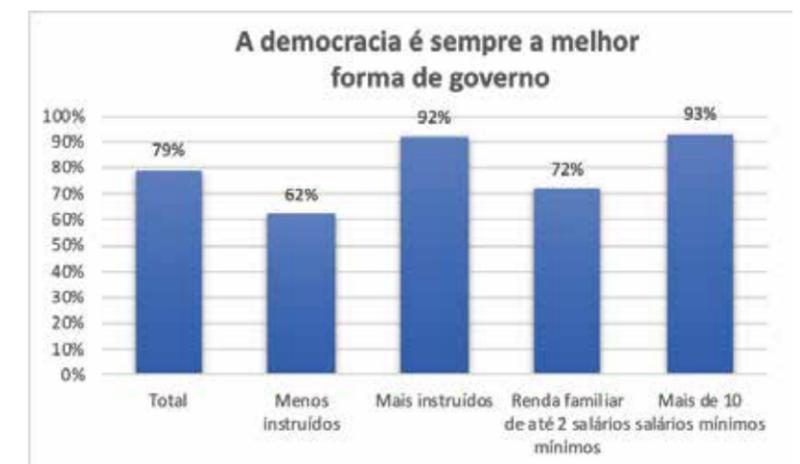


## Perfil dos apoiadores da democracia

Às vésperas do segundo turno das eleições presidenciais de 2022, o apoio ao regime democrático bateu seu recorde histórico. Em uma comparação com 1989, logo na retomada democrática, percebe-se que apenas 43% dos entrevistados consideravam a democracia a melhor forma de governo e 18% acreditavam que a ditadura poderia ser justificável em certas circunstâncias. Desde então, os indicadores em prol das práticas democráticas mostram tendência de crescimento, alcançando 69% de apoio às vésperas do segundo turno de 2018, contra 12% dos apoiadores da ditadura. (Datafolha, 19/10/2022)



Ao levar em consideração as variáveis demográficas, constata-se que o apoio à democracia é maior conforme o grau de instrução e a renda familiar aumentam - entre os menos instruídos o apoio é de apenas 62%, contra 92% dos mais instruídos. E entre os com renda familiar de até dois salários mínimos é de 72%, em contraposição a 93% dos que recebem mais de 10 salários mínimos. Em consonância com essa análise, o índice de indiferença é superior entre os menos instruídos (20%) e entre os mais pobres (17%).



Mas qual dos dois eleitorados teria tendências mais democráticas, o de Lula ou de Bolsonaro? Uma análise superficial dessa situação nos levaria a constatar que os eleitores lulistas tendem a ser menos democráticos ou menos entusiastas desse regime. Afinal, conforme a pesquisa eleitoral de 25 de outubro de 2022, Lula liderava justamente entre os segmentos menos escolarizados (58% a 38%) e no segmento de menor renda familiar (57% a 37%), ou seja, nas faixas populacionais com a menor preferência à democracia. Já Bolsonaro fica à frente de Lula em todas as faixas de renda familiar acima de dois salários mínimos, com uma vantagem média de 13 pontos percentuais, segmento que tende a demonstrar maior apoio a esse regime.

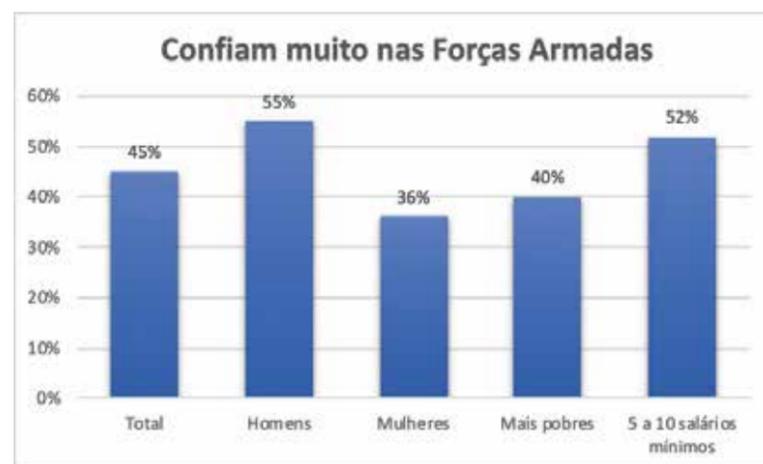
Entretanto, ao analisarmos o apoio total do eleitorado de cada um dos candidatos à democracia, percebemos que os eleitores de Lula e de Bolsonaro estão tecnicamente empatados dentro da margem de erro (78% a 80%, respectivamente). Porém, os eleitores lulistas são numericamente mais indiferentes entre os dois regimes (13% contra 9%) e os bolsonaristas mais condescendentes com a ditadura (7% contra 3%), índices que estão no limite da margem de erro.

Nesse sentido, podemos afirmar que os demais segmentos populacionais em que Lula lidera contrabalançam as tendências menos democráticas

do eleitorado mais pobre e menos escolarizado. Isso se dá, sobretudo, pela votação expressiva da parcela mais jovem no petista (50% a 41%) e dos grupos católicos (58% a 37%), segmentos que expressam maior apreço aos valores democráticos em comparação com a população de meia idade e os evangélicos.

Contudo, ao analisarmos o apoio às instituições, percebe-se que os estratos sociais mais ricos e instruídos tendem a uma maior recusa às instituições democráticas e um maior apoio aos militares em comparação com a população pobre e menos escolarizada. As Forças Armadas aparecem com a maior taxa de confiança: 45% do eleitorado confia muito nas Forças Armadas. A confiança é maior entre os homens do que entre as mulheres (55% contra 36%) e também entre os mais ricos (40%) e entre os que recebem até dois salários mínimos, contra 52% dos que recebem de 2 a 10 salários mínimos. (Datafolha, 15/04/2019).

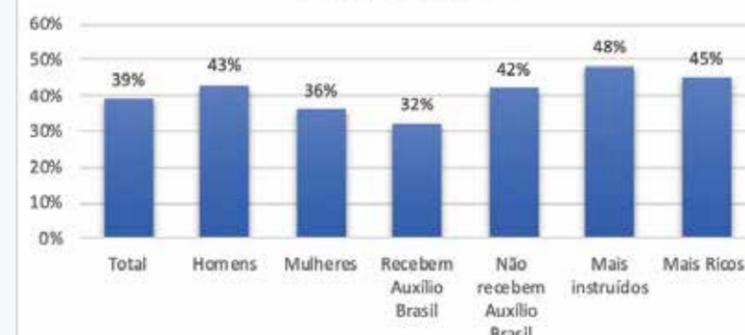
Em outras palavras, são justamente os estratos populacionais bolsonaristas que apoiam os militares, levando, em 2022, ao aumento de 27% de candidatos eleitos ligados à segurança pública em comparação com 2018 (Forum Brasileiro de Segurança Pública, 2022), eleição que já teve um crescimento estrondoso dessas candidaturas em relação a 2014 - 92% só para cargos executivos (Veja, 2019).



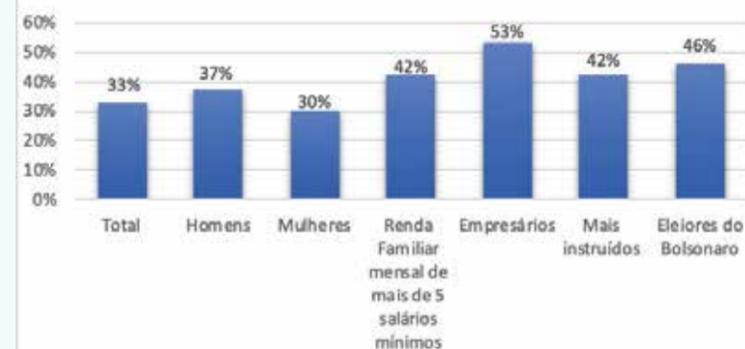
Quanto às instituições que dão respaldo à democracia, observamos que apenas 8% confiam muito no Congresso Nacional e 18% no Supremo Tribunal Federal (Datafolha, 15/04/2019). O trabalho do Congresso Nacional é avaliado como ruim ou péssimo por 39%, sendo que as maiores rejeições estão entre os homens (43% ante 36% das mulheres), entre os que não recebem o Auxílio Brasil (42% ante 32% dos que recebem), entre os mais instruídos (48%) e entre os mais ricos (54%) (Datafolha, 08/03/2022). Já o índice de reprovação ao trabalho do STF é mais alto entre os homens do que entre as mulheres (37% ante 30%), entre os mais instruídos (42%), entre os que possuem renda familiar mensal de mais de 5 salários mínimos (43%), entre os empresários (53%) e entre os eleitores de Bolsonaro (46%) (Datafolha 03/08/2022).

Em resumo, observa-se que o eleitorado bolsonarista, apesar de se mostrar um forte apoiador da democracia, demonstra um repúdio às instituições que contrabalançam os poderes da Presidência, o Legislativo e o Judiciário. No lugar, seu apoio recai sobre as Forças Armadas, instituição que encabeçou o recente regime ditatorial brasileiro (1964-1985), cerceando as liberdades civis, sociais e políticas através de um governo autocrático. Já o eleitorado lulista, pobre e menos escolarizado, embora apresente uma maior taxa de indiferença quanto ao regime político, mostra um apoio ao Congresso Nacional significativamente mais elevado do restante da população.

### Avaliação do Congresso Nacional como ruim ou péssimo



### Avaliação do STF como ruim ou péssimo



## A lógica institucional

O sistema brasileiro é fundamentado em uma lógica de *checks and balances* institucionais entre o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, além das instituições de controle. Dessa forma, a governabilidade presidencial depende da negociação com as demais instituições republicanas, sendo que a gerência das coalizões legislativas é fundamental para se alcançar a governabilidade em um sistema político multipartidário. (Bertholini; Pereira, 2017).

No presidencialismo de coalizão, o chefe do Executivo tem o importante papel de alocar recursos financeiros e de poder aos partidos e parlamentares que foram escolhidos para compor sua base aliada e aos que participarão da coalizão. Essa ação é imprescindível, tendo em vista que, mesmo nos mais favoráveis dos casos, a fragmentação partidária característica do Legislativo brasileiro - uma das maiores do mundo - impede que o partido do presidente disponha de cadeiras suficientes para governar.

Dessa forma, para criar uma base de apoio majoritária o presidente deve montar e gerenciar uma coalizão legislativa. Esse processo depende de, no mínimo, três decisões: 1) quantos partidos irão compor a coalizão; 2) quais partidos serão esses e como se posicionar ideologicamente em comparação

com o presidente; 3) e a quantidade de poder e de recursos que serão compartilhados. (Bertholini; Pereira, 2017).

Cabe ao chefe do Executivo formular a melhor estratégia para criar sua coalizão majoritária, minimizando os custos de governo. Com relação à primeira decisão, impera a ideia de que o número de parlamentares que compõem a coalizão deve ser igual ao mínimo necessário para garantir a vitória legislativa. Qualquer excedente é considerado um gasto desnecessário. Quanto à segunda escolha, o presidente deve buscar minimizar a distância ideológica entre seu posicionamento e dos parceiros da coalizão. Isso ocorre, pois, se as políticas públicas sugeridas estiverem ideologicamente ajustadas às preferências dos parlamentares que compõem a base do governo, menos gastos serão necessários para que as aprovem. Por fim, o compartilhamento de poderes deve se dar de forma proporcional, caso contrário, deverão ser mobilizados mais recursos aos membros da coalizão sub-representada para garantir sua satisfação.

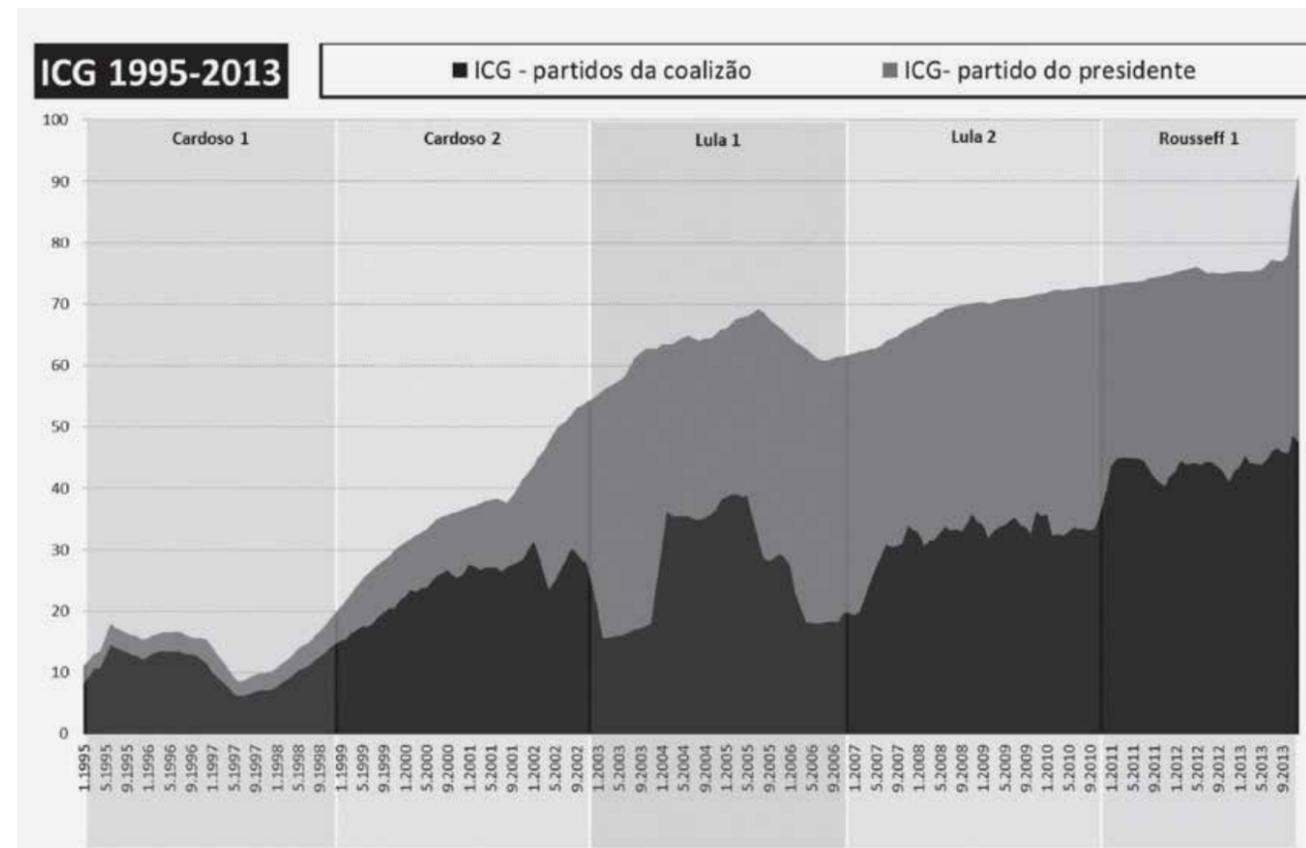
Essas estratégias minimizam os bens usados para a montagem da coalizão, entendidos aqui como "objetos de barganha para obtenção de apoio parlamentar às iniciativas do presidente, bem como a possíveis bloqueios a ações da oposição que visem a constranger o Executivo". (Bertholini; Pereira, 2017, p.534). Esses custos do presidente são, normalmente, emendas parlamentares, cargos executivos e chefias de ministérios.



O Índice Sintético de Custos de Governo (ICG) é um cálculo dos gastos do governo para a manutenção de sua base de apoio. Isso posto, é relevante pensar tanto no ICG da coalizão legislativa, como também o ICG do partido do presidente, já que ambos são essenciais para a governabilidade. Nesse sentido, ele é uma "composição da quantidade de ministérios que um presidente de-

cide ter em seu governo, do total de recursos que decide alocar entre os ministérios e do montante em emendas individuais ao orçamento anual de parlamentares que decide executar". (Bertholini; Pereira, p.539, 2007).

No gráfico e tabela abaixo é possível verificar os custos de governabilidade nos governos Fernando Henrique Cardoso, Lula e Dilma.



Mandato	ICG	ICG Coalizão	ICG Partido do Presidente	ICG Coalizão (%)	ICG Partido do Presidente (%)	Índice de necessidade de coalizão
Cardoso 1	14,1	10,9	3,2	76,7	23,3	57,8
Cardoso 2	37,2	24,5	12,7	67,3	32,7	56,5
Lula 1	63,3	26,6	36,7	41,6	58,4	71,3
Lula 2	69,1	32,2	36,8	46,6	53,4	79,8
Rousseff 1	76,0	44,2	31,8	58,2	41,8	85,8
Média	50,7	26,8	23,8	58,1	41,9	69,4

Frente a isso, é possível perceber que Fernando Henrique Cardoso foi aquele que mais se aproximou de uma coalisão de mínimos custos. Isso fica evidente pelo baixo Índice Sintético de Custos de Governo (14,1 e 37,2) em comparação com os governos petistas (63,3; 69,1 e 76,0). Dois fatores levaram a esse drástico crescimento. De um lado, há o aumento da fragmentação partidária, o que está fora da área de gerência do presidente, de maneira que o Índice de necessidade de coalização passa de 57,8 e 56,5 nos governos FHC para 71,3, 79,8 e 85,8 nos petistas. Do outro lado, porém, percebe-se que grande parte do aumento no ICG geral é proveniente dos gastos com a própria coalização do presidente, que triplica nos governos de Lula em relação ao segundo de FHC. Isso se dá pelos conflitos internos do PT e pela dificuldade de manutenção de sua integridade, de modo que eram necessários altos gastos para garantir o apoio dessa bancada.

No Brasil, a alta fragmentação partidária dificulta que o presidente consiga formar uma coalização vitoriosa que lhes acarretaria menos custos de governabilidade. Além, é claro, das inabilidades políticas dos governantes, outros fatores devem ser levados em consideração. Tendo em vista a abrangência de temas da Carta Magna brasileira, é comum que os projetos reformistas dos presidentes exijam a aprovação de Propostas de Emendas Constitucionais que dependem de um quórum de três quintos dos parlamentares. Com isso, o presidente precisa criar uma extensa bancada, que dificilmente preserva uma unidade ideológica mínima, posto a pluralidade de partidos do legislativo brasileiro.

Além disso, o compartilhamento proporcional de poderes é outra meta utópica. Isso ocorre, pois, com o objetivo de implementar os planos de governo, os cargos executivos e em ministérios chaves serão

disponibilizados preferencialmente para correligionários de confiança. Com esse tratamento desigual, as lideranças do Congresso tendem a exigir altas compensações na forma de emendas parlamentares, cargos e outras benesses.

O Legislativo e o Judiciário também dispõem de mecanismos de freios e contrapesos às ações do Executivo. Isso se dá, sobretudo, pelo controle da constitucionalidade dos atos e das leis realizadas pelo Supremo Tribunal Federal, podendo barrar projetos presidenciais, assim como os do Congresso. Além disso, também é papel do STF julgar acusações de descumprimento de preceitos fundamentais da Constituição e, na área penal, as infrações do presidente da República, do vice-presidente e dos membros do Congresso Nacional. Em outras palavras, o STF controla os abusos de poder e as extrapolações da ordem constitucional realizados pelo Executivo e pelo Legislativo.

Frente a esse contexto, não é difícil entender a falta de confiança do eleitorado do atual presidente no Congresso Nacional e no STF. Bolsonaro elegeu-se com a pauta que não iria fazer nenhum “toma lá, dá cá”, o que, de fato, significou a total falta de iniciativa para formar sua base de apoio parlamentar. Sem uma coalização ao longo da primeira metade do mandato, o Congresso portou-se, aos olhos do eleitorado, como um impedidor ao andamento das pautas presidenciais. Já na segunda metade, a articulação de uma coalização vitoriosa foi altamente custosa, dependendo, sobretudo, do Orçamento Secreto. Nesse sentido, aos olhos dos apoiadores de Bolsonaro, o legislativo operou como um freio às pautas encabeçadas pelo presidente.

Um raciocínio análogo aplica-se ao STF, que se mobilizou como uma força contrária a diversos projetos do então chefe do Executivo, assim como as falas e atos de campanha e de governo tidos como inconstitucionais. Destacam-se a oposição à liberação de armas, a



instauração do inquérito das *fake news* e a determinação, por parte do STF, do início CPI da Covid. Da mesma maneira, na perspectiva de quem apoia o presidente, as turbulências que afetam a governabilidade são causadas pelas próprias instituições democráticas e não pela falta de manejo político de Bolsonaro.

Mas, como explicar as taxas mais elevadas de apoio ao Congresso Nacional pela população pobre e pouco escolarizada? É possível defender que ocorre justamente o processo inverso, ou seja, como esse grupo é majoritariamente lulista, oferecer restrições ao projeto do presidente seria um ponto positivo. Entretanto, esse fator tem influência pequena na baixa taxa de rejeição, visto a pouca politização que também caracteriza esse segmento.

A explicação mais razoável se dá nas emendas parlamentares. Esses recursos são repassados aos

legisladores para serem gastos no cumprimento de promessas de campanha para com seu nicho eleitoral. Soares (2012) identificou uma relação positiva entre as transferências voluntárias - incluindo as emendas parlamentares - do governo federal para regiões com maior índice de pobreza. Isso ocorre, sobretudo, pois o benefício gerado por investimentos públicos é maior na população mais pobre do que nas demais faixas de renda, já que esse segmento depende dos serviços públicos gratuitos para a maioria de suas necessidades. Consequentemente, espera-se que a destinação das emendas para regiões mais pobres seja revertida em uma maior fidelização do eleitorado ao congressista em questão. Portanto, é justamente a distinção focalizada das transferências parlamentares nos segmentos de menor faixa de renda e escolarização que explica o maior apoio desse grupo ao Congresso.

## Democracia na campanha

Na campanha, o debate sobre a democracia talvez tenha sido mais esclarecedor e sofisticado do que a divulgação das propostas dos dois candidatos que foram ao segundo turno. A coluna *Radar*, da revista *Veja*, datada de 26 de outubro de 2022, trazia uma singela nota intitulada *Oportunidade perdida*. Estava lá escrito: “A campanha de Lula conquistou apoio de pesos pesados da economia, como Henrique Meirelles. O que fez com isso? Nada. `Dou minhas sugestões, mas o plano de governo só vai ser discutido depois da eleição`, diz Meirelles”.

Numa campanha que se preze, os candidatos expõem suas propostas para que os eleitores, comparando-as, escolham aquela que julgar a mais adequada. Em 2022, isso não aconteceu. Nos debates, por exemplo, a maioria esmagadora do tempo foi gasta com ataques aos adversários e comparações entre as performances de governos. Quase nada em termos de projetos para o futuro.

Houve muita polêmica sobre a atuação do Tribunal Superior Eleitoral e do Supremo Tribunal Federal. O jornalista José Roberto Guzzo escreveu no jornal *O Estado de S.Paulo* (23/10/2022, pg. A10): “O Supremo Tribunal Federal e sua polícia eleitoral, o TSE, destruíram por completo a honestidade da eleição presidencial a ser decidida no dia 30 de outubro; estão favorecendo, de forma aberta, um dos candidatos, o ex-presidente Lula”. Guzzo se referia ao fato do TSE, entre outras iniciativas, ter proibido a

jornalistas dizer que Lula tinha sido condenado pela justiça por corrupção passiva e lavagem de dinheiro, que é mentira que tivesse sido absolvido ou que se trata de um ex-presidiário.

Outra polêmica que diz respeito à equidade da disputa foi a da confiabilidade das urnas eletrônicas. O presidente Bolsonaro fez reiteradas declarações sobre o assunto, colocando em dúvida o resultado das urnas e reivindicando a introdução do voto impresso. Chegou ao requinte de, no mês de julho de 2022, organizar uma apresentação para embaixadores de vários países na qual repetiu suas suspeitas sobre a segurança das urnas eletrônicas. Também atacou Lula e os ministros do Supremo Edson Fachin (então presidente do TSE), Luiz Roberto Barroso e Alexandre de Moraes.

Outra questão que merece ser apontada é a das pesquisas. Bolsonaro sempre verbalizou seu descontentamento com os resultados divulgados, criticando os institutos e os meios de comunicação tradicionais. Quando os resultados do primeiro turno foram divulgados, houve uma grande diferença entre os resultados das pesquisas, divulgados nos dias anteriores, e o que efetivamente saiu das urnas. Embora a pesquisa não possa ser considerada, do ponto de vista técnico, uma previsão do resultado final, sempre fica a impressão que os levantamentos “erraram”. Na tabela ao lado é possível acompanhar a discrepância entre as pesquisas e a apuração.

## Diferença em pontos percentuais

Quanto o resultado da urna foi maior que o da pesquisa

	Datafolha	Ipec
Bolsonaro	+ 7, 2	+ 6,2
Tarcísio de Freitas (SP)	+ 10,3	+ 10,3
Cláudio Castro (RJ)	+ 14,6	+ 11,6
Romeu Zema (MG)	+ 0,2	+ 6,2
Jerônimo Rodrigues	+ 11,3	+ 9,3

A democracia muitas vezes é associada a povo na rua e manifestações. A impressão que fica da campanha é de que os eleitores de Bolsonaro foram, ao longo do processo, muito mais visíveis do que os de Lula e manifestaram sua intenção de votar em Bolsonaro de maneira mais intensa. Vamos tomar como exemplo as manifestações que aconteceram em 7 de setembro. Elas foram impressionantes. E aconteceram num momento em que as pesquisas apontavam uma rejeição de mais de 55% para Bolsonaro e um governo, naquele momento, com apenas 22% de avaliações positivas (ótimo + boa). Ao contrário das manifestações petistas, que normalmente usam a organização dos sindicatos para arregimentar apoiadores, a de 7 de setembro parece ter sido mais espontânea. O perfil era heterogêneo: evangélicos, produtores rurais, caminhoneiros, direitistas irritados com a soltura de Lula etc.

Aprovação presidencial: melhores e piores momentos

Presidente	Melhor momento	Pior momento	Instituto
Sarney	71% em março de 1986	9% em novembro de 1989	Ibope
Collor	59% em fevereiro de 1990	14% em fevereiro de 1992	Ibope
Itamar Franco	41% em dezembro de 1994	12% em novembro de 1993	DataFolha
FHC	47% em dezembro de 1996	13% em setembro de 1999	DataFolha
Lula	83% em novembro de 2020	43% em abril de 2003	DataFolha
Michel Temer	14% em julho de 2016	3% em julho de 2018	DataFolha
Bolsonaro	35% em maio de 2020	21% em março de 2021	DataFolha

A narrativa bolsonarista foi digna de nota. Não é comum que um discurso de cunho marcadamente antidemocrático, que questiona as decisões do Supremo, chama ministro da Corte máxima de “canalha” e propaga que não cumprirá decisões judiciais, defenda, ao mesmo tempo, “liberdade de expressão, voto auditável e soltura de presos políticos”. Bolsonaro se apropriava de temas caros à esquerda, buscando retirar dela o monopólio de defesa das teses democráticas. Coloca-se como “representante do Brasil”. Passa a questionar a “qualidade” da nossa democracia.

O bolsonarismo aparece como um processo, um movimento. Renova pautas e promove o rodízio de adversários e “inimigos”: a esquerda, o STF, os governadores que mandaram as pessoas ficarem em casa na pandemia, a Venezuela, os institutos de pesquisa, a Rede Globo... Já que o governo Bolsonaro não era bem avaliado do ponto de vista objetivo (*veja a tabela abaixo*), o presidente colocava em pauta assuntos que desviassem a agenda de temas como crescimento econômico, pandemia, aumento da gasolina e do gás e por aí vai. A estratégia pode ter cunho autoritário, mas está longe de ser burra.

## Conclusão

Em meio à eleição presidencial de 2022, os ataques mútuos entre os dois candidatos, de que o adversário teria tendências antidemocráticas, foi uma das principais marcas das campanhas. Não foram poupadas acusações de que a vitória de Lula significaria o aparelhamento do Estado, o controle das mídias e o uso de dinheiro público para a perpetuação do poder; ou de que a eleição de Bolsonaro levaria à militarização do País, à decadência dos valores civilizatórios, à intolerância e ao desrespeito às instituições, a começar pelo Supremo Tribunal Federal. Contudo, frente a essas ameaças, a população demonstrou o maior apoio já visto ao regime democrático, de modo que 79% concorda que a democracia é sempre a melhor forma de governo (*Datafolha, 19/10/2022*).

De um lado, esse apoio mostra que qualquer tentativa de subversão do regime democrático não teria suporte popular suficiente. Do outro, porém, ao analisarmos detalhadamente os segmentos populacionais, constata-se que existem entendimentos diversos do que a população valoriza no regime democrático. Os segmentos mais ricos e instruídos tendem a ter um alto apoio à democracia, mas também uma forte rejeição ao Congresso e ao STF. Dessa forma, fica claro que, apesar do apreço por escolher os representantes através do voto, esse grupo se opõe aos mecanismos de freios e contrapesos institucionais que tornam a política morosa e repleta de entraves. Já a população mais pobre demonstra um menor apreço ao regime democrático, embora apresente uma rejeição ao Congresso significativamente menor que o restante da sociedade. Isso se dá em decorrência da destinação focalizada das emendas parlamentares a esse segmento social, garantindo seu apoio.

Ao fim e ao cabo, o Brasil sai da disputa eleitoral mais polarizada da nossa história como uma sociedade que apoia como nunca a democracia, mas que apresenta uma série de problemas que podem dificultar a governabilidade do terceiro governo Lula. São eles:

- País dividido: foi a menor diferença de votos da história: apenas 1,8 ponto percentual.
  - Polarização acentuada: quem votou Lula odeia Bolsonaro e quem votou Bolsonaro odeia Lula.
  - O novo presidente termina o pleito com 45% de rejeição, a mais alta de um presidente eleito.
  - Bolsonaro é um líder de massa - e a "massa" do presidente Bolsonaro é formada majoritariamente por homens brancos inseridos no mercado de trabalho, com escolaridade alta e renda de 5 a 10 salários mínimos.
  - Apoiadores de Bolsonaro com maior poder de vocalização e intensidade de opinião.
  - Os líderes de oposição ao PT até agora eram políticos "mornos" - FHC, Serra, Alckmin, Aécio. Bolsonaro fala grosso e representa uma ideia que se contrapõe fortemente ao lulopetismo.
  - No seu primeiro mandato, Lula recebeu um País ajustado do ponto de vista de finanças públicas. Agora, o Brasil tem um grande rombo fiscal.
  - No segundo mandato, conviveu com uma economia internacional em forte expansão. Agora, o mundo está com baixo crescimento.
  - Com um Congresso majoritariamente conservador, o custo de governabilidade tende a ser maior.
- O lado bom da história é que a sociedade se negou a dar um cheque em branco para Lula quando não o elegeu no primeiro turno. Com isso, o presidente eleito, que já havia sinalizado uma distância do radi-



calismo ao escolher Geraldo Alckmin como seu candidato à vice, aproximou-se ainda mais do centro na composição que teve que fazer com Simone Tebet. Também recebeu apoio de economistas com histórico de grande respeito pela estabilidade econômica e disciplina fiscal, como Armínio Fraga, Edmar Bacha,

Pedro Malan e Pécio Arida. Precisamos de maturidade e competência para diminuir a temperatura política e criar condições que nos permitam avançar na busca do desenvolvimento compatível com nossas potencialidades e a redução de uma desigualdade inconcebível, que nos revolta e envergonha.

## Referências:

CARVALHO, T; LIMA, R. S; SOBRAL, I. *Informe de Análise Candidaturas de Profissionais da Segurança Pública* - 2022. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/08/analise-candidaturas-2022.pdf>. Acesso em: 04/01/2022

REPUCCI, Sarah; SLIPOWITZ, Amy. *Freedom In The World 2022*. Freedom House, 2022 Disponível em: [https://freedomhouse.org/sites/default/files/2022-----+02/FIW\\_2022\\_PDF\\_Booklet\\_Digital\\_Final\\_Web.pdf](https://freedomhouse.org/sites/default/files/2022-----+02/FIW_2022_PDF_Booklet_Digital_Final_Web.pdf) Acesso em: 04/01/2022.

RIKER, William. *The theory of political coalitions*. New Haven: Yale University Press, 1962.

SOARES, M. M. *Repasses financeiros e voluntários da União aos municípios brasileiros: condicionantes políticos, sociais e técnicos*. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA - ABCP, 18., Rio Grande do Sul, 2012. (Resultado Parcial de Pesquisa Financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico)

*Avaliação Congresso e STF*. Datafolha, 03/08/2019. Disponível em: <https://media.folha.uol.com.br/datafolha/2022/08/03/avaliacao-congresso-e-stf-jul-22-comp-xd892nf928n9.pdf> Acesso em: 04/01/2022.

*Democracy Index*. The Economist Intelligence Unit, 2022. Disponível em: <https://www.eiu.com/n/> Acesso em: 04/01/2022.

**Democracia**. Datafolha, 21/10/2022. Disponível em: <https://media.folha.uol.com.br/datafolha/2022/10/21/democracia-2-turno-19-10-22.pdf> Acesso em: 04/01/2022.

*Grau de confiança nas instituições*. Datafolha, 15/04/2019. Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2019/04/15/e4dfasfas-453434vfa423vavsxf429b35922gci.pdf> Acesso em: 04/01/2022.

*Intenção de Voto para Presidente 2022 - 2º Turno*. Datafolha, 20/10/2022. Disponível em: <https://media.folha.uol.com.br/datafolha/2022/10/20/intencao-de-voto-presidente-2-turno-19-10-22.pdf> Acesso em: 04/01/2022.

*Número de candidaturas de militares dobra em 4 anos*. Veja, 2018. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/contra-inseguranca-e-corrupcao-candidaturas-de-militares-dobram-em-4-anos> Acesso em: 04/01/2022.



<p>Presidente <b>Alfredo Cotait Neto</b></p> <p>Coordenador Nacional de Formação Política <b>Raimundo Colombo</b></p> <p>Coordenador Nacional de Relações Institucionais <b>Vilmar Rocha</b></p> <p>Secretária <b>Ivani Boscolo</b></p> <p>Diretor Superintendente <b>João Francisco Aprá</b></p>	<p><b>Conselho Consultivo</b></p> <p>Presidente <b>Guilherme Afif Domingos</b></p> <p>Conselheiros <b>Alda Marco Antonio</b> <b>André de Paula</b> <b>Cláudio Lembo</b> <b>Omar Aziz</b> <b>Otto Alencar</b> <b>Rafael Greca</b> <b>Ricardo Patah</b></p>	<p><b>Conselho Superior de Orientação</b></p> <p>Presidente <b>Gilberto Kassab</b></p> <p>Conselheiros <b>Antonio Brito</b> <b>Belivaldo Chagas</b> <b>Carlos Massa Ratinho Junior</b> <b>Eduardo Paes</b> <b>Guilherme Campos</b> <b>Letícia Boll Vargas</b> <b>Marcos Trad</b> <b>Rodrigo Pacheco</b> <b>Samuel Hanan</b></p>
---	---	---

**DOCUMENTOS** - Coleção 2022 - Eleições 2022, democracia e governabilidade  
**ESPAÇO DEMOCRÁTICO** - Site: [www.espacodemocratico.org.br](http://www.espacodemocratico.org.br) Facebook: [EspacoDemocraticoPSD](https://www.facebook.com/EspacoDemocraticoPSD) Twitter: [@espdemocratico](https://twitter.com/espdemocratico)  
Coordenação - Scriptum Comunicação - Jornalista responsável - Sérgio Rondino (MTB 8367)  
Projeto Gráfico - BReeder Editora e Ass. de Com. Ltda - Marisa Villas Boas



**[www.espacodemocratico.org.br](http://www.espacodemocratico.org.br)**